

5.1. Partado no trabalho de pesquisa-ação e no criterioso estudo de casos, o orientador educacional tem (além de tantas outras atribuições) a ação direcionada seja no atendimento individual, seja com pequenos grupos ou com a turma inteira. Cabe ao orientador, afinal, observar, analisar, refletir e articular com o aluno nas suas diversas dimensões: pedagógica (no tangente às questões a aprendizagem); subjetiva (considerando o sujeito do campo do inconsciente); sócio-política (já que o indivíduo se insere na cultura) e afetiva (buscando perceber a singularidade da formação dos afetos e relações emocionais de cada um). Dito isso, entendo que o espaço de escuta, cuja principal ferramenta é o diálogo, é onde se dá uma potente forma de comunicação entre o orientador educacional e os alunos. Para tanto, é fundamental que se estabeleça uma relação de confiança com esse aluno.

No tangente às questões de aprendizagem e desempenho, faz-se mandatório o conhecimento — por parte do profissional — de como esse processo se dá. Como sabemos, a criança — ou o sujeito de modo geral — aprende a partir da sua relação com o outro, ou seja, para que haja o "aprendiz", há de estar atuando no processo aquele que ensina. Resgatando os pressupostos de Comênio, na Didática Magna (1657), acredito que todos podem aprender tudo. Princípio pelo qual se faz necessário a constante revisão das práticas pedagógicas. Ou seja, é preciso olhar para o processo que envolvem ambos: educador e educando; estudantes e escola, desempenho e avaliação. Portanto, o professor comeniano é, a priori, um pesquisador que se

dispõe a se implicar no processo de ensino-aprendizagem, pois aquilo de que ele dispõe não dá conta da complexidade desse processo.

Alicia Fernández (1991) argumenta que para além da relação entre "ensinante" e "aprendente", coloca-se ~~(em)~~ em jogo, para aprender, quatro elementos: o corpo do aluno (que é construído na sua relação entre o organismo e o sujeito); o organismo (dado de saída pela constituição orgânica); a inteligência (pautada nos pressupostos de Piaget sobre a construção da lógica a partir da ação do sujeito na sua interação com o meio) e o desejo (constituído pela via do inconsciente, da maneira que se apresenta o nível simbólico do sujeito). Deste complexo dinamismo de operações entre os quatro níveis, a autora ancora-se teoricamente na Psicopedagogia da intersecção com a cultura. Ou seja, para além dos predicados cognitivos ou meramente emocionais ou inconscientes, atuam no processo de aprendizagem os atravessamentos do laço social neste sujeito.

Complementa-se a noção de sintoma social, inaugurada por Lacan e trazida para o campo da aprendizagem por Kupfer (1999, p. 60). O sintoma social fala de algo que inaugura uma patologia nas comunidades culturais. Em outras palavras, o sintoma social representa um discurso social dominante. Sobre a educação, podemos notar um discurso ambivalente no Brasil: ao mesmo tempo em que é colocada como fracassada pelos índices das avaliações externas, é também vista como a salvadora da sociedade. Com isto a autora nos questiona se o fracasso da aprendizagem, tendo o aluno em meio a discursos tão ambivalentes, não estaria



sendo, em certa medida, produzido por esse sintoma social.

Já no que diz respeito à socialidade, é preciso que não se negligencie o inerente mal-estar do sujeito na cultura. Segundo Freud (1930, p. 159), o mal-estar "está sempre presente, num lugar ou outro por detrás de todo sintoma". Além do mal-estar fruto da tensão genuína dos impulsos pulsionais do sujeito e as regras da convivência em cultura, Freud também aponta a dificuldade das relações entre os indivíduos, fonte de grande sofrimento.

Acredito que diante de tais ferramentas, uma das principais funções do orientador educacional seja garantir a dimensão subjetiva na e da escola. Especialmente no atual contexto onde notamos um grande avança do discurso médico organicista na intenção de patologizar o sofrimento humano, em especial na infância, pelo fenômeno da medicalização (Kamens, M. 2013).

Tomando, afinal, a criança — não enquanto objeto — mas enquanto sujeito, acredito no potencial da escuta dessa criança/aluno. Fala-se tanto da criança, sobre a criança, para a criança. Quem, afinal, a está escutando?

Dentro da escola, além de garantir a complexa dimensão humana/subjetiva, cabe ao orientador fazer ecoar o que diz a criança/aluno. Já que a escola é para o aluno, o educador comeniano deve também investigar o aluno nas suas formas de aprender, ter desempenho e se relacionar.

5.2. Temos, com a Constituição Federal de 1988 e também com a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 o esta-

belecimento da garantia de educação pública de qualidade para todos. Outra conquista proveniente do processo de democratização da educação é a gestão democrática das instituições. Assim, o orientador educacional enquanto parte da equipe gestora tem o dever (e o privilégio de resistir às tentativas de silenciamento) de participar coletivamente e de buscar promover a inserção de todos nessa participação — comunidade escolar e comunidade civil, garantindo-se, desta maneira, o caráter público da instituição capiana.

Segundo Ginspun (2011), com as reformulações paradigmáticas do trabalho do orientador educacional — em especial devido à sua formação junto ao curso de Pedagogia — o que se espera deste profissional é que ele seja integralmente comprometido com sua área. É o que Libâneo inaugura com a ideia de que o pedagogo seja um cientista da educação. Tudo isso nos permite inferir que o educador da contemporaneidade atua nos diferentes cenários do ofício educativo.

No que diz respeito à questão da permanência dos alunos na escola (evitando a evasão escolar), vale frisar que, um vez matriculado na escola, o aluno está sob total responsabilidade por ele. Neste sentido, o orientador educacional, por ser talvez o único profissional cujo trabalho é o de integrar, mediar, observar, dialogar, escutar, registrar e acompanhar ao longo de toda a escolarização de cada aluno, conclui-se que tem fundamental importância o estreitamento do diálogo e parceria com o corpo docente da escola.

Tomando como princípio um dos legados de Paulo

Treire quando diz que educar é um ato político, entende que o CAP esteja atravessando um momento importante e decisivo quanto às questões de aprendizagem e permanência dos alunos. Sabe-se que em decorrência da democratização do acesso ao CAP, temos hoje uma grande heterogeneia do seu alunado, impondo-se, assim, novos desafios para o colégio.

Houve, por exemplo, a necessidade de repensar toda estrutura vigente de reprovações em função do grande número de jubileamentos do CAP. Uma vez que a educação é para todos, e todos devem aprender, a política de jubilar um aluno que reprova mais de uma vez no mesmo segmento, não condiz com a democratização do ensino. Da mesma forma que estaria culpabilizando o aluno por seu fracasso.

Sabemos, no entanto que a dificuldade de aprendizagem e o fracasso escolar colocam em cena uma série de fatores - como as formas de avaliação e as práticas pedagógicas, por exemplo. Nesse sentido, é preciso resgatar os pressupostos comenianos: se o aluno não aprende, o que deve ser reestruturado é o modo de ensinar.

Se pudermos concordar que quem dita as regras do jogo, anuncia antecipadamente quem serão os vencedores, concluiremos que faz-se mandatório o amadurecimento da revisão do sistema de avaliação do CAP. Diferente de proporcionar "ações pedagógicas que permitam a recuperação permanente do desempenho do aluno" (trecho do projeto político-pedagógico do CAP), é pungente a necessidade de voltar o olhar para a escola, que, em última instância, implica em mexer com nossas próprias convicções.

Mais difícil do que alterar as estruturas de currículo, práticas pedagógicas ou avaliativas, é mexer com as nossas formas de viver isso tudo. Daí a importância de se permitir assumir a consciência crítica.

É preciso, portanto, dialogar, colocar essas questões nos pontos de reuniões de equipe, conselhos pedagógicos e plenárias. Afinal, estamos fazendo jus à democracia que ainda nos é de direito.

5.3. Um dos discursos unânimes acerca do sucesso escolar é quanto à importância da participação da família na vida acadêmica do aluno. Pesquisas apontam, inclusive, que famílias cujo capital cultural é maior, tendem a ser mais receptivas às práticas pedagógicas em casa.

Tendo em vista a heterogeneidade do corpo docente do CAP, vamos, ao longo dos últimos anos, o problema da aprendizagem aumentar muito na escola. Fato esse que culminou na discussão e extensão do jubileamento, por exemplo, que em nada se afina com a proposta de educação para todos.

O orientador educacional é um importante elo entre a escola, a família e a sociedade. Assim, uma de suas funções é promover a integração entre eles, trabalhando para incluir a família na escola — desconstruindo, inclusive, o entendimento de que os responsáveis só são chamados na escola quando o aluno tem ou teve algum problema.

Enquanto parte da equipe gestora atuando na escola e para a escola, o orientador educacional deve convidar / incentivar a participação da família — para quem a escola está para servir — no

debate, discussões e tomada de decisões das questões pertinentes à escola.

O grande desafio é, não simplesmente convidar ou incentivar, mas promover o sentimento de pertencimento das famílias com relação à escola.

Dentre as possibilidades de ação do orientador educacional estão as Rodas de Conversa - que são promovidas regularmente em parceria entre o Setor de Orientação Educacional e a Direção Adjunta de Ensino - no intuito de abordar assuntos pertinentes ao âmbito das relações e suas inerentes dificuldades. Acredita-se que por meio do diálogo se possa fortalecer os laços, permitir aproximações por meio da identificação com o outro, dar espaço para sanarem-se dúvidas, e diminuir assim as angústias e as diferenças.

Nesse sentido, apostar, inclusive, numa outra via de ação do SOE junto às famílias, com a proposição do que seria uma "Escola de Pais". Experiência já iniciada com sucesso na França e Brasil, não se trata de educação para os pais, mas de proporcionar espaço de discussão, de circulação de discursos sobre temas contemporâneos que inspiram dificuldades. Por exemplo, a questão da autoridade. Autores como Lacan trazem a ideia de que, como consequência do enfraquecimento social da figura forte simbolizada no pai enquanto instância de lei, vemos o também enfraquecimento desse poder de autoridade. Como efeito, teríamos adultos mais frágeis subjetivamente e crianças e adolescentes sem referenciais simbólicos. Nós, enquanto educadores, eternos exploradores de conhecimento, devemos pensar